

DESCONSTRUINDO A CIS-HETEROSSEXUALIDADE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Victor Pereira de Sousa
victordesousa@outlook.com.br
<http://lattes.cnpq.br/8041867185790996>

RESUMO

O padrão cis-heteronormativo imposto pela sociedade oprime, violenta, discrimina, subordina, inferioriza e mata diariamente pessoas que não se identificam com o mesmo. Por isso, devemos compreender, numa perspectiva decolonial, que a desconstrução desse padrão visa a justiça social e valida movimentos e lutas de resistência. Dessa forma, o presente trabalho busca elucidar questões pertinentes a essa problemática, visando esclarecer conceitos e conscientizar a sociedade de que todos nós a compomos e que não há nenhum tipo de padrão ou verdade única e absoluta que nos reduza a uma visão binária do ser humano. Uma meta para o nosso século.

Palavras-chave: Cissexismo; Imposição; Padronização; Resistência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma temática muito já discutida, mas que ainda precisa avançar muito para alcançarmos padrões de justiça social: a desigualdade alarmante na qual estão inseridas as pessoas que se identificam fora da cis-heterossexualidade¹. Entretanto, isso não quer dizer que iremos tratar de tautologias ou de questões já tão problematizadas, mas sim, que abordaremos questões que elucidem reflexões e debates sobre esse tema, trazendo à tona novas concepções e olhares para a problematização da imposição cis-heterossexual. A viabilidade, aqui, encontra-se na discussão dos conceitos de cis-heterossexualidade, cis-heteronormatividade e cissexismo, introduzidos na realidade desigual em que vivemos.

1 Os estudos sobre o gênero [e as sexualidades], durante longo tempo, viram a heterossexualidade como uma realidade dada, natural, sem questionamento, ligada ao sexo biológico, enquanto que o gênero, o papel social era concebido como construto social e organização primária das relações humanas (SWAIN, 2001, p. 92, grifos nossos). Assim, corroborando com Torres (2010, p. 19, grifos nossos), nesse domínio, é possível identificar discursos, imagens e palavras, entre outras formas de expressão presentes no cotidiano, que classificam as sexualidades [e o gênero] como boas ou más, permitidas ou proibidas.

A cis-heteronormatividade precisa ser pensada em perspectivas decoloniais, uma vez que, como veremos, sua hegemonia e padronização interfere diretamente na vida de um contingente massivo de nossa sociedade, reduzindo e disformando conceitos, lutas e resistências, pautando aquilo que iremos tratar como cissexismo. As sexualidades se apresentam como uma forma de linguagem corporal, expressando nossa essência enquanto seres humanos.

Nesse patamar, diferenças e diversidades são reduzidas a desigualdades. A perversidade na qual a homofobia, a bifobia, a lesbofobia, a transfobia, a misoginia, o machismo, o sexismo, o cissexismo, e diversas outras desumanidades, oprimem, violentam, discriminam, inferiorizam, subordinam, e matam pessoas que são vistas como não-cis-heterossexuais. Dessa forma, desconstruir é preciso. E, por isso, o objetivo desse trabalho se insere na desconstrução do padrão cis-heteronormativo que elucide padrões dignos da justiça social, em que as pessoas não sejam vistas por uma perspectiva binária e reducionista de gêneros, sexualidades, identidades e corpos. Um anseio buscado há anos, e que precisa ser colocado em prática em nossos dias, buscando novos caminhos no atual percurso de nosso século, e na história da humanidade.

SITUANDO A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO

Os conceitos de cis-heterossexualidade, cis-heteronormatividade e cissexismo serão abordados mais profundamente no tópico mais a frente, todavia, para situarmos a problemática levantada aqui, devemos antes compreender algumas questões que giram em torno do tema, para então, darmos mais profundidade ao que se pretende refletir e discutir nesse trabalho.

Desde muito pequenos, somos criados em padrões hegemônicos da cis-heterossexualidade. Ainda em casa, antes de irmos para os anos iniciais escolares, temos a decoração de nossos quartos instituídas em valores binários do menino e da menina, pressupondo que o menino gostará de “coisas de menino”, e assim, quando um pouco mais velho, o pai o levará para a escolinha de futebol, o ensinará valores restritamente masculinos, como sobre conquistar uma menina e saber a diferença entre uma “mulher para a diversão” e uma “mulher para se casar e constituir família”. Nesse patamar, os

meninos se vestem de azul, assistem desenhos como Dragon Ball Z, e jogam *vídeo game*, predominando jogos da FIFA².

Por outro lado, as meninas têm seus quartos delicados, tingidos de rosa, floridos, com tons de sensibilidade. Tudo muito diferente do que se constitui como masculino³. Não é à toa que desde criança estamos mais que acostumados a ouvir a expressão “sexo oposto⁴”. As meninas não jogam *vídeo game* e nem se matriculam em escolinhas de futebol – quando os fazem são julgadas por fugir aos padrões cis-heteronormativos. Para elas, a constituição de valores predestinados pela sociedade intitula que o balé, as bonecas e os brinquedos que as familiarizam com o espaço familiar e o lar são coisas de menina.

Assim, quando crianças, os meninos crescem brincando com carrinhos, jogos eletrônicos, bola, e tudo mais que o leve a ser um homem criado para o mundo. Enquanto as meninas são criadas brincando de cozinha, com bonecas que se assemelham a seus futuros filhos e tudo mais que fizer dessa menina uma excelente dona de casa, quando adulta.

Quando então temos idade para entrarmos na escola, somos encaminhados para os primeiros anos escolares, universalmente disseminado como maternal, e não à toa, pois, temos ali toda a representação cis-heterossexual de uma mulher criada para ser mãe, e que conduzirá crianças em seu espírito materno para os demais anos escolares. Não se trata, porém, de uma crítica ao espírito materno das professoras do jardim de infância, se trata, apenas, de uma crítica constituída no padrão de exclusão e opressão, de pessoas que não se encaixam nesse padrão, mas que pretendem seguir tal carreira,

2 Federação Internacional de Futebol.

3 Na infância, a criança começa a construir suas próprias definições acerca da sua identidade de gênero e dos papéis sociais do que é ser homem ou mulher. Os estereótipos que representam o menino como forte, corajoso, agitado e a menina como tímida, frágil e comportada podem contribuir para a construção e/ou manutenção de concepções distorcidas de masculinidade e feminilidade (SANTOS & FARIAS, 2009, p. 94).

4 O gênero visto como a construção e a prática de papéis dicotomizados considera que as representações de masculino e feminino são aprendidas através do desempenho de papéis determinados socialmente para homens e para mulheres, com características contrárias e opostas (CARVALHO & TORTATO, 2009, p. 24).

ou da submissão na qual as mulheres⁵ que pretendem assumir tal profissão são concedidas desde pequenas, e depois padronizadas em um curso universitário e conduzidas ao espaço escolar.

E então, na escola, começamos a ser divididos desde pequenos em quem é menino e quem é menina, e sobre com o que cada um brincará nos intervalos, ou o que irá desenhar nas capas dos envelopes de atividades que irá ser entregue aos pais no fim de cada bimestre. Como já temos em nossas mentes a construção sociocultural-histórica da cis-heterossexualidade como padrão único e verídico da sociedade, não é perguntado a um menino se ele prefere brincar com bonecas ou com bonecos, ou se ele se sente mais à vontade praticando dança ou jogando futebol. Como também não se pergunta a uma menina se ela ficará mais à vontade brincando com um carrinho do que com uma boneca, ou se ela prefere desenhar um astronauta do que uma princesa. Os papéis se invertem: ao invés da “naturalidade” estar ligada ao fato de que cada criança pode gostar de coisas diferentes, independente de gêneros e/ou sexualidade, a “naturalidade” acaba sendo vista na divisão de meninos e meninas e o que está historicamente predestinado nos papéis sociais de cada um.

É claro e notório que a discussão sobre coisas de meninos e meninas vai muito além do que tais proposições e que não são em todos os casos que as coisas ocorrem como elencadas anteriormente. Tratou-se de uma generalização simplória da predominância desses acontecimentos, a fim de situarmos tal problemática. O que se pretende, não é o aprofundamento sobre tais assuntos, mas sim, iniciarmos reflexões e debates sobre como a cis-heterossexualidade está imposta em todas as fases de nossas vidas, e até mesmo antes do nosso nascimento. Nem sempre é uma questão de escolha crescer em padrões alternativos a esse, e em muitos casos, nossos pais não estão

5 Na modernidade se desenhou uma nova imagem da relação da mulher com a maternidade que perdeu durante vários séculos e que, de certa forma, continua presente até os nossos dias. A devoção e o sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, bem como a presença constante e vigilante da mãe surgiram no discurso social como valores essenciais e inerentes à natureza feminina (BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2012, p. 578). Assim, as mulheres que não apresentam tal espírito materno se veem excluídas e oprimidas por essa imposição, e até mesmo as mulheres que se identificam com a maternidade precisam ter um exercício contínuo de “valores essenciais” que foram estipulados e inseridos à natureza feminina, logo, não sendo entendido como uma questão de escolha.

preparados para criar seus filhos de outra forma, pois assim como nós, também foram criados e viveram toda a vida baseados em rasos e inconsistentes valores e padrões da cis-heteronormatividade.

Tudo isso deu lugar à criação de protótipos de masculinidade e feminilidade dicotômicos, antagônicos, mas complementares, para cuja definição os comportamentos sexuais também tiveram papel importante. Esses protótipos definiram a feminilidade como o contraponto da masculinidade, sendo que esta última representa ser o bem socialmente mais valorado. Nessa linha, a [cis] heterossexualidade é a meta do desenvolvimento sexual, ou seja, a orientação sexual do desejo privilegiada, tanto porque é a mais adequada para os fins reprodutivos quanto porque reforça o discurso da complementaridade dos gêneros (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2015, p. 9, grifos nossos).

Estamos presentes em um cenário – que atualmente apresenta fissuras e que seguimos na luta para que tais se tornem rupturas – hegemônico da cis-heterossexualidade composto pelos amargos sabores da cis-heteronormatividade, onde as diferenças são reduzidas a desigualdades, onde as subversões são caracterizadas pela promiscuidade e perversidade, e a erotização – mesmo presente de forma clara em nossos dias – é enfrentada como um tabu. Para muitos, a discussão sobre a sexualidade de machos e fêmeas não é tratar também de erotismo. Nesse pensamento, o erótico ganha uma carga pejorativa que só é atribuída aos seres humanos que se encontram fora da linha reta do que eles chamam de padrões naturais de vida, da vontade de Deus e da Biologia.

Todavia, atualmente somos capazes de desconstruirmos grandes falácias que nos impregnaram durante séculos e séculos. Das molduras binárias do cissexismo que sacrificam milhares de vidas e reduzem a pluralidade e a diversidade sociocultural que o ser humano é capaz de produzir, sendo ele o único ser da face da Terra capaz de tal feito. Um discurso envolto de “desenvolvimento humano”, que por séculos e séculos excluiu, oprimiu, subordinou, inferiorizou, discriminou e matou – e ainda os fazem – pessoas que não se reduziram a uma dita verdade única e concreta. Não cabe aqui ignorar todos os ganhos que a humanidade progrediu nesses últimos séculos, o que está sendo ressaltado é que juntamente com tanto progresso, muitos seres humanos sofreram

regresso⁶, presos a padrões disformes de gêneros e sexualidades, de corpos e genitálias. E que depois de anos de luta, hoje somos capazes de discutir paradigmas que antes pareciam irrefutáveis, soberanos e universais.

Após muitos estudos pós-estruturalistas e decoloniais, somos capazes de entender que não há verdade absoluta, e que a humanidade não cabe em padrões binários. A diversidade dos seres humanos é estudada a séculos, mas em muitos casos, temas voltados para gênero, sexo e sexualidade foram restritos a estudos dentro de um padrão binário que contemporaneamente conduzimos ao padrão da cis-heteronormatividade, onde todo e qualquer ser humano “desviante” de tal padronização é tido como uma aberração da natureza.

Dessa forma, Joan Scott (cf. 1995, p. 70) traz importantes considerações sobre o conceito de gênero, e que refutam de forma significativa o binarismo de gênero e sexual, uma vez que a autora sinaliza para o fato de que gênero não é algo que deve ser ligado estritamente ao sexo biológico. Nas décadas de 1950 e 1960 se intensifica a noção de que não se nasce homem ou mulher, mas que as pessoas são ensinadas para assumirem o sujeito e se constituírem desse ou daquele gênero. A autora ainda faz uma reflexão importante sobre o tema, ao abordar que

(...) “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens (...). Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

Logo, é preciso dizer que, como afirma Guacira Louro (cf. 1997, p. 39), as concepções biológicas não devem ser negadas, porém, a construção histórico-

6 Como exemplo, podemos citar as palavras de Silva (2007, p. 253) ao lembrar que no século XIX surgiram, particularmente no campo da antropologia física, teorias que explicaram a inferioridade feminina com base na biologia. Este campo explicativo tomou muita força na sociedade moderna pois teria o “aval” da ciência. Contraopondo-se a esta perspectiva, o movimento feminista problematizou e reconstruiu argumentos em torno da determinação biológica das hierarquias entre homens e mulheres, colocando em xeque as concepções relativas ao feminino e masculino na sociedade ocidental.

sociocultural é produzida sobre as características biológicas do sujeito. “Talvez pelo fato de a sexualidade ter como suporte um corpo biológico, ela ainda tem sido tomada como algo que é “inato” e bastante “natural” aos seres humanos” (GUIZZO & COMIOTTO, 2016, p. 2).

Carvalho e Tortato (2009, p. 24) sintetizam bem a diferenciação entre sexo e gênero, afirmando que “‘sexo’ é um dado biológico e ‘gênero’, uma construção cultural”. Logo, suas implicações no ser humano não seguem um único e absoluto caminho, na verdade, o que há é um diálogo entre gênero, sexo e sexualidade, constituindo, dentro de cada contexto histórico-sociocultural, a diversidade dos seres humanos, caracterizados pela diferença e pelo pluralismo inerente a história da humanidade.

CIS-HETEROSSEXUALIDADE, CIS-HETERONORMATIVIDADE E CISSEXISMO

Ainda antes de entrarmos nos temas que serão abordados por esse tópico, é interessante refletirmos sobre as questões binárias que estão enraizadas em nós. Tania Swain (2001), analisa o binarismo de forma integradora e integrante em nossa sociedade, de forma a (des)configurar a estabilidade desse sistema, pois

Estou falando da interpretação binária do mundo, não somente em relação aos sexos, homem/mulher (na ordem), mas igualmente quanto à visão dualista do que compõe a inteligibilidade da vida: o bem e o mal, o bom e o mau, o real e o imaginário, o puro e o impuro, o claro e o obscuro, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o espírito e a matéria, a vida e a morte. As filigranas, as nuances que fazem o maravilhoso no desabrochar da vida são assim reduzidas ao silêncio e à monotonia de mais uma conexão binária: eu e o outro (SWAIN, 2001, p. 89).

Assim, cis-heterossexualidade compreende os seres humanos que se entendem e se reconhecem nos corpos em que nasceram e que apresentam sexualidades conduzidas pelo binarismo macho-fêmea, no sexo biológico a qual nasceram. Na prática, um homem cis-heterossexual é aquele que nasceu em um corpo com pênis, se reconhece no gênero masculino e sua sexualidade – desejo, erotismo, ato sexual – se remete ao

sexo biológico oposto⁷, ao gênero feminino, e, portanto, também cis-heterossexual. Da mesma forma, uma mulher cis-heterossexual é aquela que se reconhece no corpo e na genitália que nasceu – nesse caso a vagina –, e que têm desejos, afetividades, atos sexuais e erotismo por e com homens cis-heterossexuais.

Mas enfim, o que tem de errado na cis-heterossexualidade? Nela em si, nada. O que se está criticando de forma alguma é a cis-heterossexualidade. Aliás, ela é mais uma forma de expressão da diversidade humana na construção sociocultural e histórica de gêneros e sexualidades, e na identidade em que se encontram o reconhecimento e o pertencimento a seus corpos e sexos biológicos. A reflexão proposta aqui gira em torno da imposição da cis-heterossexualidade como verdade absoluta e único padrão dito correto baseado em inconsistências teológicas, biológicas e naturais. A imposição de padrões cis-heteronormativos encadeiam patamares de exclusão, desigualdade e opressão. Reforçados por discriminações e preconceitos que dão hegemonia ao cissexismo desumano e descaracterístico do pluralismo humano e de sua interculturalidade.

Logo, pelo que já foi discutido até então, podemos dizer que a cis-heterossexualidade e a cis-heteronormatividade não são a mesma coisa. A cis-heteronormatividade é então a padronização das expressões de identidade que impõe a cis-heterossexualidade. Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que para esse pensamento, mesmo um sujeito não-cis-heterossexual deve se comportar como tal. Os gays não devem ser “afeminados” e as lésbicas não devem ser “masculinas”. Afinal, não podemos esquecer que nessa perspectiva, existem diferenciações claras sobre o que é para o homem e o que é para a mulher, e feminilidade não é para homens nem masculinidade para mulheres. Além disso, muitos indivíduos não-cis-heterossexuais reproduzem essa ideia e fazem de tudo para seguir o padrão cis-heteronormativo,

⁷ É preciso tomar cuidado com a expressão “sexo oposto” e com a afirmação “sexo biológico oposto”. A expressão está diretamente ligada ao binarismo de gênero, assemelhando gênero a sexo para conduzir o pensamento da constituição única de macho e fêmea. Atribuindo o biológico ao cultural, e, portanto, inconsistente. Já a afirmativa “sexo biológico oposto” está atribuída somente ao sexo biológico, e caracteriza a adjetivação de oposição pelo motivo de a anatomia humana apresentar somente dois tipos opostos de genitália: o pênis e a vagina.

buscando fugir, ou ao menos amenizar, preconceitos, discriminações, opressões e demais desumanidades na qual estão submetidos assumindo suas identidades como realmente são.

Assim, o cissexismo se caracteriza na imposição sexista dos indivíduos *cis* como verdade absoluta, não reconhecendo, e pior, criminalizando, outras formas de se expressarem os gêneros e as sexualidades que não giram em torno do epicentro *cis*. O cissexismo distorce a luta de indivíduos *trans*⁸ – transgêneros e transexuais –, reduzindo-a em uma batalha por conquistas de privilégios, que na verdade são detidos por indivíduos *cis*. Porém, o cissexismo entendido na imposição da cis-heterossexualidade como padrão único e absoluto na expressão de gênero e sexualidade, e na resistência da identidade, se caracteriza na luta não só de pessoas *trans*, mas na luta de todos que não se encaixam em tal padrão, como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, intersexuais, agêneros, assexuados, dentre muitos outros.

Da mesma forma em que devemos considerar que a cis-heterossexualidade não tem nada de errado, a desconstrução da mesma também não preza a sua extinção, como muitos opositores caracterizam chamar de “ditadura gay”. Nessa perspectiva decolonial, a desconstrução da cis-heterossexualidade, e por consequência da cis-heteronormatividade, se justifica no objetivo de despadronizar a sociedade do reducionismo imposto por tal binarismo que só reconhece homens e mulheres cis-heterossexuais.

E porque é tão importante grifarmos a palavra “*cis*” e não falarmos apenas de heterossexualidade? Porque a heterossexualidade não se restringe às pessoas que nasceram e se identificam com o sexo biológico de seus corpos. A heterossexualidade também é representada por indivíduos *trans*, uma vez que através do processo de reconhecimento de seus gêneros e sexualidades e na busca pela constituição de suas

8 A medicina retrata a transexualidade como uma entidade nosológica, denominada “Disforia de gênero” pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-5) da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA); ou “Transtornos da identidade sexual” segundo o Código Internacional de Doenças (CID), elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS); ou ainda, denominada “transexualismo” pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), sendo que a principal característica presente em todas as definições seria um intenso sofrimento devido ao antagonismo entre sexo e gênero (BARRERA, 2014, p. 17).

identidades, muitos desses indivíduos podem assumir a heterossexualidade. Uma pessoa que nasce em um corpo com vagina, mas que não se reconhece como mulher, no momento em que se reconhece como homem, tal indivíduo se assume como transgênero. Se esse mesmo indivíduo, mesmo enquanto “mulher” se interessava por indivíduos do gênero e sexo ditos femininos, ao se reconhecer como homem, essa pessoa assume então a heterossexualidade, o que faz dela um homem-trans-heterossexual. Para o reducionismo do cissexismo, reconhecer esse indivíduo como “normal” é incontestável, o que o remete a uma aberração da natureza. Corroborando com Caravaca-Morera e Padilha (2015), quando afirmam que

O foco principal da série de condutas hetero/cis-punitivas subjazem da normatividade heterossexista que, através da essencialização do sexo e dos gêneros masculino e feminino, impõem uma “normalidade” em virtude da qual a virilidade é hegemônica quando comparada com outras expressões sexuais como a feminilidade, a homossexualidade (considerada como uma virilidade feminina), a lesbianidade (compreendida como uma feminilidade masculinizada) e a transexualidade ((in) compreendida como um transtorno de identidade) (2015, p. 2).

Sem dúvidas, não há gênero ou sexualidade que estejam isentos dos preconceitos, discriminações, opressões, subordinações e submissões da imposição desse padrão social construído nas práticas socioculturais na história da humanidade. Com o reforço progressivo dessa imposição, diversas formas de reduzir a diversidade e a diferença em padrões de desigualdade vão sendo impostas a sociedade. Homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, dentre tantas outras formas perversas, assumem postos que interferem diretamente na vida de um contingente massivo de nossa população, todavia, não só os “desviantes” do padrão cis-heteronormativo sofrem com isso. Essa disseminação gratuita de ódio é tão cega que até mesmo as pessoas que se identificam com a cis-heterossexualidade sofrem com tais perversidades.

O Relatório de Assassinatos de LGBT no Brasil do ano de 2016, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia traz dados alarmantes sobre a violência em território nacional sofrida por pessoas não-cis-heterossexuais. O Relatório contabiliza 343 mortes por causa de gênero e/ou sexualidade no Brasil no ano de 2016, e alerta para o fato de que dessas 343 mortes, 12% delas foram vítimas cis-heterossexuais (cf. Grupo Gay da Bahia, 2017, p. 8),

muitas vezes confundidas com pessoas não-cis-heterossexuais por estarem se comportando de forma afetiva com pessoas do mesmo sexo – como pai e filho – ou pelo vestuário que a vítima estava trajando.

Diversas vezes, ouvimos que essa disseminação de ódio é apenas questão de opinião, expressa pela liberdade de expressão baseada em padrões de democracia. Todavia, Sousa (2017), ressalta pontos importantes sobre isso, ao afirmar que

Discurso de ódio não é opinião. Opinião não ofende, não oprime, não humilha, não inferioriza, não ridiculariza, não subordina, não mata. O sangue derramado todos os dias pela reprodução de nossos preconceitos geram vítimas, destroem famílias, dizem vidas. O reforço contínuo que submete ao homossexual [e a todos os demais não-cis-heterossexuais] ao terrorismo de sair de casa para conviver como qualquer outro indivíduo em sociedade não se trata de uma opinião, mas sim de discurso de ódio. Difundir o ódio é crime, previsto pela Lei 7.716/89, mas infelizmente, não temos leis específicas em nosso país que criminalizem a homofobia [nem as demais]. Porém o Projeto de Lei 122 está em discussão no Congresso sobre esse assunto (2017, p. 5, grifos nossos).

Precisamos então, repercutir decolonialidades que desconstruam a cis-heteronormatividade, na busca de justiça social, em

Uma percepção do corpo como um todo de sensibilidade e de sensualidade, uma desestabilização da sexualidade centrada nos órgãos genitais, uma abertura para a emoção que atravessa os olhares, seria uma nova erótica social? Identidade sem limites e sem definições. A âncora está partida, o apelo do largo nos traz o gosto da descoberta (SWAIN, 2001, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições necessárias para a decolonialidade do padrão cis-heteronormativo transcende a diversas esferas do nosso espaço geográfico: pedagógica, educacional, territorial, cultural, social, política, econômica e, também, de saúde. Devemos compreender que essa luta não trará resultados a curto prazo, e que de forma alguma ela será fácil – como nunca foi. Diversas estratégias e táticas foram criadas para que a

hegemonia desse padrão se consolidasse da forma que se apresenta hoje. Logo, não estamos falando de teorias, técnicas ou práxis, e sim de um “*cistema*”.

A subordinação na qual a humanidade se estabeleceu, faz da cis-heterossexualidade uma sólida forma binária de ver o mundo, constituindo valores de bem e mal para (in)compreender as construções histórico-socioculturais que estabelecemos no espaço-tempo, (des)caracterizando a humanidade e seus princípios e aspectos que traduzem o desenvolvimento e o progresso social.

Somos, talvez, a fórmula da desconfiguração necessária de um longo processo de exclusão e marginalidade na qual a não-cis-heterossexualidade se encontra até hoje. Assim, devemos seguir em frente na resistência e na solidariedade de nossos gêneros, nossas sexualidades, nossas identidades e nossos corpos. Desconstruir a senzala que nos aprisiona a inconsistências e invisibilidades enquanto seres humanos e agentes endógenos na construção da sociedade, enquanto partes singulares no movimento do tecido social. Seguimos com a descoberta e a tolerância na qual buscamos e exigimos diariamente, em busca da afirmação de nossos direitos enquanto seres humanos.

Precisamos ter em mente que ainda é possível sonhar com um novo futuro, com relações mais justas e igualdade de direitos e com uma história da humanidade de possa ser contada de forma diferente da que contamos hoje. Em muito avançamos até aqui, mas muito ainda precisamos progredir. Essa é uma das metas do nosso século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Patrícia; ROCHA-COUTINHO, Maria. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicologia & Sociedade**; 24(3): 577-587, 2012.

BARRERA, Daniela. **Integralidade e cissexismo: uma revisão de artigos sobre atenção à saúde das pessoas trans**. 196 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

CARAVACA-MORERA, Jaime; PADILHA, Maria. A realidade transexual desde a perspectiva histórica e cisheteronormativa. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica**. 6(2):310-318, 2015.

CARVALHO, Marília; TORTATO, Cíntia. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci; CARVALHO, Marília; CASAGRANDE, Lindamir. (orgs). **Construindo igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: Editora UTFPR, 2009. p. 21-32.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de assassinatos de LGBT no Brasil em 2016**. Bahia, 2017, p. 1-24. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>

GUIZZO, Bianca; COMIOTTO, Andressa. **Gênero e sexualidade em políticas públicas contemporâneas**. 6º SBECE, 3º SIECE. Educação, Transgressões, Nascisismo. 2016, p. 1-10. Disponível: http://blog.aai.ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2015/07/1429903701_ARQUIVO_ArtigoGuizzoeComiotto.pdf

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SWAIN, Tania. Para além do binário: os queers e o heterogênero. **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, n.1, p. 87-98, 2. sem. 2001.

SANTOS, Solange; FARIAS, Benedito. Gênero, educação e artefatos tecnológicos: os diferentes meios para ensinar. In: LUZ, Nanci; CARVALHO, Marília; CASAGRANDE, Lindamir (orgs). **Construindo igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: Editora UTFPR, 2009. p. 91-107.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, Dayse. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. **Revista Gênero**. Niterói. v.8, n.1. EdUFF, 2007.

SOUSA, Victor. **Homossexualidade: educação e reflexos sociais**. XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2017, p. 1-6. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2017/anais/arquivos/RE_0174_0044_01.pdf

SWAIN, Tania. Para além do binário: os queers e o heterogênero. **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, n.1, p. 87-98, 2. sem. 2001.

TORRES, Marco. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2013.

SOBRE O AUTOR:

É pós-graduando em Antropologia pela Universidade Candido Mendes. Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professor da disciplina de Geografia nas escolas Creche e Escola Municipal Maria Puddó Murucci, Colégio Autonomia e Centro Educacional Perlingeiro La Cava, atuando nos quatro anos de escolaridade pertencentes ao Ensino Fundamental II. Também faz parte do corpo editorial da Revista Estação Científica, da Universidade Federal do Amapá.